

ATA DA SESSÃO Ordinária
DO DIA 24-09-2015

Presidente

Lucindo dos Anjos de Fontes Couto

Deputados

José Honorato Sousa Medeiros

João Carlos Barbosa Leite

António José de Braga Sousa

Andreia Margarida Vicente Junco

Francisco Resendes da Câmara Melo

João Alberto Carreiro de Medeiros Simas

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

Pedro Henrique Soares Correia

Agostinha Maria Moreira Gomes

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Emanuel Frias Santos

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

António José Santos Ponte

Maria Rita Cabral Rodrigues

Emanuel de Sousa Medeiros

Edgardo Costa Madeira

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Erasmus Carlos Esteves de Melo Moniz

Rui Nelson Furtado Amaral

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte

Arménio Maurino Correia Jardim

Carlos Manuel de Arruda Dias Soares

Paulo Alexandre Pacheco Duarte

Secretários

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Cláudia de Jesus Lima Cabral

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24-09-2015

ÍNDICE

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - PROC. N.º PROC. N.º 1849/2015 - Proposta de Programa de Ajustamento Municipal

PONTO DOIS - PROC.N.º.º 1781/2015 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2016

PONTO TRÊS - PROC. N.º 1780/2015 - Participação variável no IRS para o ano económico de 2016

PONTO QUATRO - PROC. N.º 1779/2015 - Lançamento de derrama para o ano económico de 2016

PONTO CINCO - PROC. N.º 1778/2015 - Taxas do Imposto Municipal sobre imóveis (IMI) para o ano 2016

PONTO SEIS - PROC.Nº 1481/2015 - Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro - Exercício de 2015 - 2º Trimestre Acumulado.

PONTO SETE - POC. Nº 5295/2015 - Junta de Freguesia de Ponta Garça - Proposta de Delegação de Competências

PONTO OITO - PROC. Nº 5498 - Representante do Município de Vila Franca do Campo na CPCJ - Substituição

PONTO NOVE - PROC.Nº 4826/2015 - Conselho Consultivo da USISM - designação de representantes

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24-09-2015

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência do senhor Lucindo dos Anjos de Fontes Couto, secretariado pela senhora Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e pela senhora Cláudia de Jesus Lima Cabral respetivamente na qualidade de primeira e segunda secretária da Mesa da Assembleia.-----

O Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão pelas 20:00 -----

De seguida foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes daquele órgão, verificando-se a falta justificada, com pedido de substituição, do Membro da Assembleia do grupo PPD/PSD, Paulo Roberto Fontes Junco, que se fez substituir por Francisco Resendes da Câmara Melo.-----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, o Vice-Presidente Carlos Manuel de Melo Pimentel e os vereadores Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Gonçalo Patrício Fontes Dias, em substituição de Rui António Dias da Câmara Carvalho e Melo, Mário Rui Braga e Sabrina Marília Coutinho Furtado.-----

Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 16 de junho de 2015, a qual foi aprovada por maioria, com abstenção de dois membros do grupo eleito pelo PSD.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS:

Solicitou a palavra ao Presidente da Mesa, o membro da Assembleia do grupo eleito pelo PPD/PSD, Francisco Resendes da Câmara Melo, para referir que a recolha do lixo doméstico efetuado no Concelho, que de 3 vezes havia passado para 2 vezes por semana, estava a causar desagrado entre a população, nomeadamente no Aldeamento Ilhéu e junto ao antigo Mercado de Peixe, mais conhecido pelo Barracão. Esse desagrado devia-se à acumulação de lixo e às consequências que essa acumulação acarretava para os locais. Perante o exposto pediu ao Presidente da Câmara explicação plausível para aquela tomada de posição sobre a periodicidade da referida recolha.-----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi conferida, explicou que a alteração efetuada na recolha dos resíduos sólidos prendia-se com a intenção de beneficiar a recolha seletiva e dos verdes, aumentando, desse modo, a diversidade de resíduos. Referiu ainda que fora necessário diminuir a recolha de resíduos urbanos e que a Câmara tinha metas percentuais a serem atingidas sobre o volume de recolha dos resíduos diferenciados. Concluiu dizendo que todos os municípios deveriam fazer um esforço para alcançarem a meta da União Europeia, pois tratava-se de um bem comum e de um benefício ambiental. -----

O membro Independente da Assembleia, Edgardo da Costa Madeira, solicitando o uso da palavra,

parabenizou a equipa camarária pela recuperação do edifício que seria sede não só da Biblioteca Municipal como também da Banda Filarmónica União Progressista e oportunamente perguntou ao Presidente da Câmara Municipal a data prevista para a ocupação do espaço pela referida banda.-----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi conferida, respondeu que a Biblioteca e o Arquivo Histórico já se encontravam sediados no edifício e que a ocupação do espaço pela Banda União Progressista estava prevista para o dia 7 de outubro.-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, pediu a palavra para informar que o apeadeiro que estava a ser construído naquela freguesia estaria concluído no prazo de 2 a 3 semanas. Realçou e agradeceu o esforço e o empenho do vice-presidente, senhor Carlos Pimentel, na resolução desse assunto junto do senhor Manuel Batista, dono da empresa responsável pela construção do apeadeiro e referiu que entre 15 dias a 3 semanas estaria o pretendido concluído. Informou a Assembleia que tivera o convite do Presidente da Câmara Municipal para uma reunião com o Diretor Regional das Obras Públicas e das Comunicações, Dr. Bruno Pacheco, com o intuito de conversarem sobre o parque de estacionamento. Contudo, referiu que não tinha sido possível comparecer por motivos profissionais. -----

Relativamente a essa intervenção o Presidente da Câmara Municipal referiu que estivera reunido com o Diretor das Obras Públicas e informou que o projeto estava em andamento. Inicialmente seria feito um projeto de intervenção e assim que esse estivesse pronto seria dado início à obra. Informou ainda que não havia uma data prevista para o início e que tudo dependeria do calendário da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Água d'Alto, Emanuel Santos, após ter solicitado e lhe ter sido concedida a palavra, informou a assembleia sobre a implementação de um projeto educativo denominado *Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar- ProSucesso, Açores pela Educação* , nas escolas da região. Referiu também que esse projeto também havia sido aplicado em países como Singapura, Finlândia e que havia chegado a vez dos Açores. Assim, explicou que o projeto elegia como principal objetivo a redução da taxa de abandono precoce da educação e da formação e o aumento do sucesso escolar em todos os níveis e ciclos de ensino, em sintonia com a Estratégia Europeia para a Educação e Formação, Europa 2020.-

ORDEM DO DIA

PONTO UM - PROC. N.º PROC. N.º 1849/2015 - Proposta de Programa de Ajustamento Municipal

Foi presente à sessão a Proposta de Programa de Ajustamento Municipal, PAM, a celebrar entre o município de Vila Franca do Campo e o Fundo de Apoio Municipal, FAM, o qual visa a redução da dívida do Município, até ao limite legal. -----

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, como a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo tinha sido alvo de um processo de Reequilíbrio Financeiro, a proposta do programa apresentado era uma

oportunidade de saldar as dívidas contraídas pela câmara. A proposta apresentada ao FAM, feita pela autarquia, era sensivelmente de 1.960.000,00 euros tendo o FAM aprovado 1.500.000,00 euros. Frisou que estava convicto que o montante aprovado permitiria saldar as responsabilidades para com os credores, desde que estes aceitassem baixar os valores das dívidas. Esclareceu também que caso não fosse possível, seria pedido um reforço. Adiantou ainda que se estava a tratar das dívidas das Empresas Locais, obras/equipamentos do Açor Arena, cuja explicação das negociações se encontrava nos anexos da presente proposta. -----

Referiu que 800 mil euros seriam para a recuperação do Açor Arena, de toda a aquela envolvência, uma vez chovia dentro de todo o espaço. Relativamente a esse informou que concurso deveria ser brevemente lançado para se poder dar início à obra. Os outros 800 mil serviriam para fazer face às dívidas anteriores e contraídos pelo partido PPD/PSD nomeadamente a temática festa *Insonnia, com um DJ de Israel, no Açor Arena* cuja despesa foi orçamentada no valor de 55 575.00 euros. Referiu também um equipamento de som no valor de 47 000.00 euros, cujo paradeiro se desconhecia e ainda 8 000.00 euros para a *Fábrica de Espetáculos*. Ou seja, todas aquelas dívidas que ainda ninguém pagara, mas que no atual mandato seriam liquidadas. O Presidente da Câmara referiu ainda que era com grande tristeza que ouvia as pessoas nas ruas a fazerem-lhe um apelo para a recuperação do Campo de Jogos da Mãe de Deus ou para a construção de Parques Infantis, sem poder dar uma resposta positiva, uma vez que o dinheiro existente era para pagar as dívidas. Saliu que as dívidas da *Gesquelhas*; da *Atlântico Vila*; dos fornecedores locais e a dos bancos eram para serem pagas. Frisou que o valor totalizado para a realização de obras de reabilitação estava estimado na ordem dos 700 000€ a 800 000€, portanto exíguas e havia que fazer seleção e opções.--

Para além de tudo o que fora exposto, o Presidente da Câmara, lembrou aos presentes que, por imperativos legais, as Empresas Municipais iriam ser extintas e a Câmara Municipal deveria proceder à internalização do pessoal das mesmas, com exceção da *Marina* - a única empresa que dera lucro e que tinha meios de sustentabilidade. Concluiu referindo que as obrigações não iam ser mais do que as existentes. Saliu que não se podia baixar as taxas nem os impostos devido ao elevado endividamento que o município estava sujeito. Frisou que a gestão realizada era uma gestão contida e que a partir do momento em que o Plano fosse aprovado a dívida seria amortizada e salientou o aspeto positivo de que os juros seriam menores do que aqueles que eram pagos na atualidade. Frisou, uma vez mais, que se estava a negociar o pagamento das dívidas “disparatadas” contraídas pelo PSD. -----

Pedi a palavra o Membro da Assembleia eleito pelo NR, Carlos Dias Soares, para perguntar qual a data prevista para o termo do Reequilíbrio Financeiro. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, respondeu que o Reequilíbrio Financeiro tinha o prazo de 20 anos e o FAM – Fundo de Ajustamento Municipal, de 15 anos. Todavia, os 10 000 000 € eram por 30 anos a um juro de 1.5 %. Realçou que dali a 30 anos o Município de Vila Franca do Campo teria as dívidas pagas. –

O Presidente da Junta de Freguesia de d’Alto, Emanuel Santos, pediu a palavra para referir que o documento apresentado seria mais um mapa de dívidas anteriores, efetuadas pelo PPD/PSD e que a Autarquia e os Vila-franquenses iriam continuar a pagar caro comprometendo, desse modo, um futuro seguro. -----

A Vereadora da Câmara Municipal, Sabrina Furtado, solicitou autorização ao Presidente da Mesa para o uso da palavra e referiu que o Presidente da Câmara havido feito uma exposição clara de tudo o que tinha sido feito. Porém, frisou, que o PPD/PSD dispensava o adjetivo “disparatadas”. Adiantou ainda, que as festas

continuariam e deveriam continuar sempre e que dali a 10 anos ir-se-ia ver mais festas “disparatadas”. Considerava um abuso a adjetivação ao seu partido.-----

O Presidente da Câmara, no uso da sua palavra, referiu que os vereadores nas sessões da Assembleia Municipal, só falavam após autorização do Presidente da Câmara, no entanto a interveniente tinha falado como representante política. Fez ainda questão de esclarecer que, nas exposições feitas por ele e referente àquele ponto tinha sido muito moderado quanto aos adjetivos. Disse ainda que tinha sido possível fazer tudo aquilo que se tinha feito sem comprometer o futuro dos Vila-franquenses. Salientou ainda, que iria continuar a existir investimento. Porém, havia que ter presentes preocupações como as de acompanhar os *dossiers*/ processos e não descurar os procedimentos. Frisou que gostaria de reabilitar o *Campo de Jogos da Mãe de Deus*, porém não isso não era possível porque havia que fazer escolhas e opções. Referiu ainda que a *Marina* iria dar lucro e salientou a importância de uma gestão rigorosa e controlada. Frisou ainda a necessidade de se ter uma *mão- de -ferro* para levar a Câmara a um bom porto. Realçou o perigo de endividamento em que a Câmara estava mergulhada e o esforço que tinha vindo a ser desenvolvido para controlar esse endividamento. Informou que os investimentos a serem feitos eram os previstos no Plano. Arrematou dizendo que a diferença entre a festa do presente e a do passado era que a do presente custava 1 900€ enquanto a do passado custou 54 000 €. A gestão presente era uma gestão rigorosa e séria e era para se manter até final do mandato.-----

De seguida, o membro eleito pelo PSD, Hélder Medeiros, manifestou surpresa pela informação apresentada pelo Presidente da Câmara, quanto ao desaparecimento do material de som no valor de 47 mil euros, situação que merecia participação ao tribunal e uma presumível investigação sobre o assunto.-----

O Presidente da Câmara Municipal afirmou que nunca achou que situações políticas fossem tratadas em Tribunais. Todavia, tendo em conta as questões apresentadas seria um facto a ponderar.-----

Posta à votação verificou-se a abstenção do grupo eleito pelo PPD/PSD, o membro da Assembleia, eleito pelo Novo Rumo, Carlos Manuel de Arruda Dias Soares e o membro Independente da Assembleia, Edgardo Costa Madeira. A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO DOIS - PROC.Nº. 1781/2015 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2016

Foi presente à sessão a proposta sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para o ano 2016. -----

Posta a votação a mesma foi aprovada por maioria, com a abstenção do grupo eleito pelo PPD/ PSD, o membro da Assembleia, eleito pelo Novo Rumo, Carlos Manuel de Arruda Dias Soares e o membro Independente da Assembleia, Edgardo Costa Madeira. -----

PONTO TRÊS - PROC. N.º 1780/2015 - Participação variável no IRS para o ano económico de 2016

Foi presente à sessão a proposta sobre a Participação Variável no IRS, para o ano económico de 2016.---

Posta a votação a mesma foi aprovada por maioria, com a abstenção do grupo eleito pelo PPD/PSD, o membro da Assembleia, eleito pelo Novo Rumo, Carlos Manuel de Arruda Dias Soares e o membro Independente da Assembleia, Edgardo Costa Madeira. -----

PONTO QUATRO - PROC. N.º 1779/2015 - Lançamento de derrama para o ano económico de 2016

Foi presente à sessão a proposta de Lançamento de Derrama para o ano económico de 2016.-----

Posta a votação a mesma foi aprovada por maioria, com a abstenção do grupo eleito pelo PPD/PSD, o membro da Assembleia, eleito pelo Novo Rumo, Carlos Manuel de Arruda Dias Soares e o membro Independente da Assembleia, Edgardo Costa Madeira. -----

PONTO CINCO - PROC. N.º 1778/2015 - Taxas do Imposto Municipal sobre imóveis (IMI) para o ano 2016

Foi presente à sessão a proposta sobre a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2016.-----

Posta a votação, a mesma, foi aprovada por maioria, com a abstenção do grupo eleito pelo PPD/PSD, o membro da Assembleia, eleito pelo Novo Rumo, Carlos Manuel de Arruda Dias Soares e o membro Independente da Assembleia, Edgardo Costa Madeira

PONTO SEIS - PROC. N.º 1481/2015 - Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro - Exercício de 2015 - 2º Trimestre Acumulado.

Foi presente à sessão o Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro de 2015 - 2º Trimestre acumulado.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO SETE - POC. N.º 5295/2015 - Junta de Freguesia de Ponta Garça - Proposta de Delegação de Competências

Foi presente à sessão, da Junta de Freguesia de Ponta Garça, a Proposta de Delegação de Competências

Posta a votação a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO - PROC. N.º 5498 - Representante do Município de Vila Franca do Campo na CPCJ – Substituição

Foi presente à sessão, uma carta da professora Rute Carreiro Santos, representante do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Franca do Campo, a pedir a sua substituição. Foi indicado pelo grupo PPD/PSD o professor Gonçalo Patrício Fontes Dias.-----

Posto a votação, abstiveram-se o grupo eleito pelo PS, a favor o grupo eleito pelo PPD/PSD, o membro independente, Edgardo Costa Madeira e o grupo eleito pelo Novo Rumo. -----

PONTO NOVE - PROC. N.º 4826/2015 - Conselho Consultivo da USISM - designação de representantes

Do Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel (USISM) foi presente à sessão, o ofício

SAI-USISM/2015/2893, a solicitar a indicação de dois Membros da Assembleia Municipal para a composição do Conselho Consultivo daquela Unidade, conforme o estipulado nos artigos nºs 7º, 14º e 15º, do Decreto Regulamentar Regional nº 26/2011, de 9 de dezembro. -----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, designar os Membros da Assembleia Municipal, Emanuel Frias Santos e Cláudia de Jesus Lima Cabral, como representantes do órgão deliberativo desta Autarquia. -----

Posto a Votação foi aprovado por unanimidade. -----

ABERTO O PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Assembleia Municipal informou que aquele período tinha a duração de 30 minutos cabendo, no máximo, a cada pessoa, 5 minutos de intervenção. Para isso cada cidadão tinha que referir o nome completo, morada e o assunto/os apresentar.-----

Inscreveu-se para intervir o munícipe Laurindo Frias, residente no Monte da Carreira de São Francisco, freguesia de São Pedro, do Concelho de Vila Franca do Campo que, após lhe ter sido conferida a palavra, começou dirigindo-se ao Presidente da Câmara questionando-o como queria reduzir a dívida mantendo três vereadores a Tempo Inteiro. De seguida, manifestou-se sobre o problema da *Atlântico Vila*, afirmando que a Empresa não dava lucro, pela má gestão efetuada e não por culpa do PPD/PSD. Adiantou ainda que, numa situação onde não havia dinheiro, tinha-se que arranjar solução. Finalmente e em nome da JSD tinha vindo reclamar sobre o fecho do Aquaparque, salientando que, por esta e outras razões, Vila Franca estava a ficar deserta.-----

Perante o exposto o Presidente da Câmara, após lhe ter sido conferida a palavra, esclareceu, uma vez mais, a questão do porquê de mais um vereador. Assim sendo, explicou que a autarquia tinha sete Empresas Municipais e como iria acontecer num espaço de um ano a internalização das mesmas tinha-se achado que mais um vereador não seria tão grave como manter as administrações das sete Empresas e que era mais barato manter mais um vereador do que manter uma máquina administrativa daquela envergadura. Relativamente ao Aquaparque o Presidente da Câmara afirmou que aquele dava um prejuízo efetivo. Relembrou que se tratava de uma estrutura que em 12 meses somente 2 meses é que estava aberta e durante esses, avaliando bem, ele não era necessário porque havia as praias. Relembrou também que todos os anos havia necessidade de contratar pelo menos doze trabalhadores para assegurar o funcionamento daquela estrutura. Havia um gasto mensal de químicos orçamentados na ordem dos 10 000 euros. As máquinas que tinham ficado 10 meses paradas necessitavam de peças. Acrescentou ainda que a decisão final tinha sido tomada quando o plástico do escorrega se estragara e a sua substituição custava 30 000 euros. Frisou que um município endividado não podia gastar dinheiro na compra de um plástico para uma estrutura que ficava somente 2 meses por ano aberta. Acrescentou ainda que, o aquaparque não servia nem os Vila-Franquenses nem os turistas que passavam por Vila Franca, pois a esses encantavam os recursos naturais. Informou ainda que, antes do fecho, a Câmara Municipal tinha tentado vender o Aquaparque mas não havia conseguido. Afirmou ainda que tinha o dever, como presidente eleito, de dar mais qualidade de

vida aos munícipes. -----

Por último, em resposta à afirmação de que Vila Franca estava a perder a marca, replicou que eram afirmações gratuitas e sem fundamento de uma boa ou má gestão. -----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 21:30 O senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, que a mandei escrever e subscrevo. -----

Declaro ainda que a presente ata contém 10 folhas -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Lucindo dos Anjos Fontes Couto

A 1.^a Secretária

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel